

Concluindo, lembramos que, por força da coerência da posição da Igreja, diante da política, assim como "há momentos na história de um país nos quais os clérigos não podem ficar indiferentes"³, mantém-se firme, também, a exigência do *múnus* próprio, no sentido de os clérigos **respeitarem** a justa liberdade dos **leigos** e dos **diáconos permanentes**, que militam na sociedade civil, e de se colocarem a serviço da justiça, da paz e do bem, sem estarem ligados, necessariamente, a uma **ideologia** ou a um **partido político**⁴.

NOTAS

¹ Cf BRAGA, Teófilo, "Sistema de Sociologia", p. VIII, ed. 1884.

² Cf HORTAL, Jesús, in "Código de Direito Canônico - Notas e Comentários", Ed. Loyola, SP, 1983, p. 133.

³ Cf "Communicationes" 14, 1982, p. 83

⁴ Cf "Presbyterorum Ordinis", n. 9/1170

Endereço do Autor:

Cúria Metropolitana
Rua Esteves Júnior 447
88015-530 FLORIANÓPOLIS, SC

Política e Igreja

Sociedade Civil: Protagonista da Transformação Social

Armando de Melo Lisboa
Professor na UFSC
Departamento de Ciências Econômicas

"'Alternativa' é uma expressão que tem sua raiz no conceito de *alter*, *alter* em língua latina. Outra via, outro rumo, outra solução, outra visão de mundo. E supõe, para começar, a possibilidade de pensar de outra forma..." (O. SEVÂ F^o)

No Brasil pré-eleições de 1994 o grande debate reside na procura de alternativas estratégicas que possibilitem uma superação da prolongada crise. Exemplos disto são o "Fórum Nacional" (coordenado por REIS VELLOSO); as conferências sobre "

Projeto Estratégico Alternativo para o Brasil" (coordenadas por duas dezenas de Universidades Federais e entidades da sociedade civil brasileira); a "Iª Conferência Nacional de Segurança Alimentar", precedida por conferências locais e regionais (organizada pela *Ação da Cidadania e pelo CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar*); e as "Semanas Sociais Brasileiras" (organizadas pela CNBB). Neste debate se afirma claramente que a superação da crise passa pela busca radical de alternativas societárias que eliminem a miséria.

Toda crise possibilita, em geral, um processo de transformação em que o velho dá lugar ao novo. Mas esta "metamorfose" não é mecânica nem linear, como também pode não ocorrer. Vivemos, tanto no Brasil quanto planetariamente, uma difícil situação de transição em que existe uma contraditória relação entre o velho e o novo, que nem é de ruptura total nem de continuidade, mas com momentos de ruptura e momentos de continuidade. Não é apenas a sociedade brasileira que não suporta mais a manutenção do

apartheid, mas também o progresso demente desta civilização está chegando a uma encruzilhada.

Num plano biosférico a crise sócio-ambiental da civilização moderna (vislumbrada na dramática situação dos bilhões de miseráveis, no desemprego crescente, na ruptura da camada de ozônio, desertificação, contaminação dos lençóis freáticos por agrotóxicos, ...) desvela os limites - e o absurdo - do estilo produtivista-consumista da sociedade industrial-urbana e sua razão instrumental.

No plano nacional, o "velho" é o modelo de desenvolvimento que buscava o ingresso do Brasil na modernidade através da imitação (processo de industrialização por substituição de importações) com base na liderança do Estado, mas em parceria com o Mercado (grandes corporações).

Hoje esgota-se o intervencionismo estatal e suas políticas desenvolvimentistas. Vivemos a crise da idéia de Brasil moderno, do mito (sonho) do Brasil Grande, Brasil Potência, da ilusão nacional(ista) - grande ideologia do consenso - que deu legitimidade à ação desenvolvimentista do Estado e tornou aceitável o apartheid social, bem como a construção de um País com enormes desigualdades regionais.

SINAIS DE DEGENERESCÊNCIA... SINAIS DE ESPERANÇA

A dramaticidade da atual crise brasileira é que nela tem predominado o componente da desestruturação. Os sinais de

degenerescência do tecido social da nação de maior contraste sócio-econômico-ambiental do planeta se generalizam, indicando a inviabilidade de uma coesão social mínima. Matupá, Carandiru, Candelária, Haximu simbolizam a decomposição contemporânea da sociedade brasileira. Somos cada vez mais pessimistas, descrentes no futuro. E isto nos apavora: é a própria idéia de Brasil que está em cheque.

Grande parte do predomínio da perspectiva pessimista está em que os sinais de esperança não são percebidos porque estamos presos a uma visão colonizada (fascinada pelo moderno) e estatista da sociedade. Para perceber e compreender o novo são necessárias categorias novas, uma nova forma de pensar e relacionar. Não há dúvida de que também existem componentes de re-estruturação nesta crise, que são o gérmen da mudança. BETINHO dá visibilidade a este novo que tem brotado aqui no Brasil: a emergência da Sociedade Civil. Refiro-me aqui ao crescimento dos movimentos sociais, das associações comunitárias, de uma ação cidadã construtora de alternativas concretas (propositiva e não apenas reivindicativa), que capilarmente (microcidadania) gera novos tecidos sociais.

entidades privadas não-mercantis que estão construindo um espaço público não-estatal

Presenciamos hoje um processo de formação e emancipação da Sociedade Civil da tutela do Estado, um movimento em que o cidadão organizado vai ganhando organicidade e se diferenciando do espaço estatal e do espaço mercantil através de uma estrutura organizativa em forma de redes (não piramidal) que procura delimitar o poder dos Estados e dos Mercados, criando um outro espaço público-federativo propício à cooperação. O Cidadão organizado é o contrapeso ao Príncipe-Mercador, é o espaço do agir comunicativo, o denominador comum que possibilitará a construção da cidadania planetária, é o portador da esperança, da utopia de um mundo melhor, solidário. A Sociedade Civil é protagonista de um outro estilo de desenvolvimento, o qual vai mais além do conduzido pelo Estado e pelo Mercado.

A lógica que emana dos atores constituintes da Sociedade Civil não é a da força nem a da troca, mas a da razão ética, do respeito à diversidade, da busca por descentralização e autonomia, possibilitando fundar uma prática política nova onde se procura o entendimento mais que o consenso, onde a grande heterogeneidade gera um fantástico caos criativo.

Não se constrói aqui a asfixia de um padrão homogeneizador, mas se vive a multiplicidade da auto-organização e auto-regulação presente em todos os processos vitais. Não se trata aqui de substituir o Estado ou o Mercado, mas de subordiná-los através da definição dos parâmetros éticos da atuação da economia e da política (como buscam os "movimentos pela ética"), reconhecendo a impossibilidade de que alguma instituição totalize a sociedade.

Hoje as organizações da Sociedade Civil saem da obscuridade, e seu papel na elaboração de políticas públicas alternativas já é reconhecido pelas grandes instituições internacionais (vide, por exemplo, os "Informe sobre Desarrollo Humano", do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Descobrem-se suas qualidades (eficiência, honestidade, flexibilidade). A moda agora são as *Organiza-*

ções Não Governamentais (matéria de reportagem de capa da revista *Veja* de 09-02-94), as entidades sem fins lucrativos. Atualmente se generaliza a expressão ONG para se referir à Sociedade Civil. Esta nova palavra foi adotada pelo discurso oficial e pelos meios de comunicação de massa, uma vez que entra em ressonância com a ideologia liberal hoje hegemônica. Porém, possui um significado exatamente oposto, pois estamos falando de entidades privadas não-mercantis que estão construindo um espaço público não-estatal. O conjunto das entidades da Sociedade Civil é demasiadamente complexo para ser abrangido por um rótulo que, por se expressar negativamente, não pode revelar a real identidade destas organizações. Falar em ONG é falar em qualquer coisa. A corrupção da linguagem deforma um novo ator em "bobo da corte", instrumentalizando-o!

Este reconhecimento oficial é uma armadilha, pois quer transformar as entidades de cidadãos em pontas de lança de políticas neo-liberais, servindo de muletas funcionais aos Estados falidos. Corre-se o risco, alerta SOUZA (1992: 141), da substituição do "welfare state" pelo "ONGs state": as ONGs seriam o parceiro privilegiado do Mercado na promoção do desenvolvimento. Com consciência da permanente possibilidade de cooptação, SOUZA conclui que não cabe às entidades comunitárias substituir os Estados, amenizando as consequências do capitalismo.

A GOVERNABILIDADE VISTA DA SOCIEDADE CIVIL

No debate atual também se destaca a questão da "crise de governabilidade". No caso brasileiro esta crise não é meramente conjuntural, tendo profundas raízes que se alimentam do nosso histórico desacordo entre o Estado e a Sociedade. Aparentemente, para os padrões políticos modernos, o Brasil (e o conjunto da América Latina) é ingovernável - pois não se forma aqui uma vontade hegemônica - o que, numa perspectiva iluminista, questiona a viabilidade democrática da nossa sociedade.

Não se trata apenas de aperfeiçoamento institucional: temos algumas das mais modernas instituições (vide a nova Constituição). É o olhar iluminista que está em crise, gerando a inadequação das instituições à Sociedade e a ausência de legitimidade das mesmas.

viabilizar um outro Brasil, liberto da obsessão do Estado-nação centralizado

A independência política não significou a necessária descolonização das relações de poder de nossa sociedade (QUIJANO). A estatolatria pós-colonial é neo-colonizadora. O Estado-nação moderno (e sua elite autoritário-iluminista) nos impôs, como alianças oligárquicas, a centralização, a unanimidade. Mas aqui ele nunca teve legitimidade (pois precedeu tanto o território quanto a nação), não resultando de um longo processo de amadurecimento da nação. O moderno (a indústria), quando se constituiu aqui, quis superar as tradições, quis preencher os "vazios". É a política do "branqueamento". A recente emergência das organizações indígenas e negras "explode o grande mito do Estado bra-

sileiro: este não é um Estado de uma única nação, homogênea, lusófona, ocidental" (OLIVEIRA, 1994: 13).

A raiz da crise de governabilidade reside em querer-se impor sistemas políticos gestados em outras realidades e não adequados à nossa, a qual exige a superação das formas partidocráticas e estatais de representação e de gestão política.

Vivemos um federalismo inacabado: trata-se de "desacorrentar" a federação (Aspásia CAMARGO), a qual nunca pôde realizar-se plenamente. Trata-se de viabilizar um outro Brasil, liberto da obsessão do Estado-nação centralizado, radicalmente democrático e mais coerente com sua originalidade-identidade-diversidade, de reconhecer que na América Latina a heterogeneidade multi-temporal de cada nação possibilita fundar sociedades descentralizadas. É preciso re-fundar a União a partir das identidades locais-regionais, o que é diferente da descentralização administrativa.

emergência da Sociedade Civil como um ator plural de nova ordem

Também se fala na necessidade de uma governabilidade planetária: a formação dos grandes blocos econômicos está tornando anacrônica a idéia de sistema econômico nacional. O motor do crescimento deixa de ser o mercado interno para ser a integração com a economia internacional. Daí o enfraquecimento dos laços de solidariedade entre as regiões. Já é muito conhecida a afirmação de D. BELL que "a Nação-Estado está se tornando demasiadamente pequena para os grandes problemas e demasiadamente grande para os pequenos problemas". Estaríamos hoje vivendo a "superação do Estado nacional como instrumento de ordenação de sociedades" (FURTADO, 1992b: 56). Com o processo de globalização em curso, no limite corremos o risco de encontrar o governo mundial: um super-Estado, impondo uma única forma societária necessariamente excludente e impossível de se generalizar.

Entretanto, o fenômeno da globalização tem possibilitado, contraditoriamente, a fragmentação advinda da afirmação das múltiplas identidades. A globalização não leva necessariamente à homogeneização: "é a diversidade do mundo o que circula e se articula globalmente, ainda que, sem dúvida, em torno de dominação, de hegemonia..." (QUIJANO, 1992: 78). O desafio contemporâneo é conviver na diversidade (sem a qual a vida tanto não é possível quanto não vale a pena ser vivida).

A emergência das diferenças no contexto de uma sociedade global torna urgente a construção de formas de regulação societárias novas, pois num contexto em que a política global é conduzida pela geopolítica de afirmação do espaço vital e da busca do máximo poder de poucos impérios, a irrupção da expressão das diversidades dos povos gera enormes tensões, levando a guerras fratricidas.

Como estabelecer entendimentos universais (pactos que permitam a sociabilidade) a partir do diferente? Na perspectiva moderna, somente através do consenso homogeneizador. Na perspectiva clássica do governar, a governabilidade pela heterogeneidade é caótica, ingovernável. Portanto, uma autoridade planetária na ótica iluminista não poderá ser democrática.

A etnicidade é cada vez mais uma força mobilizadora em todo o mundo (STAVENHAGEN, 1985: 37), não sendo mais possível escamoteá-la. MORIN alerta que, se o retorno às origens é legítimo, o antidoto aos riscos de retrocesso é "federar a Terra" através de uma "nova geopolítica" descentralizada e cooperativa, não mais centrada nos interesses dos Estados-nações mas subordinada aos imperativos comunitários.

A indefinição do conceito de governabilidade é possibilitada pela emergência da Sociedade Civil como um ator plural de nova ordem (organizado privadamente mas com fins públicos), o qual reconstitui o espaço público (que deixa de se confundir com o Estado), reelaborando suas políticas: qual o significado dos conselhos populares de saúde, transporte, educação, meio-ambiente e muitos outros nos mais variados níveis? A governabilidade, vista desde a Sociedade Civil, significa a capacidade da sociedade para compartilhar o governo, é a perspectiva da desestatização da sociedade, da construção de formas não-hierárquicas de gestão.

Não se trata mais de reivindicar a tutela do Estado, muito menos ainda de assumir a regulação mercantil, mas da multiperspectiva de uma Sociedade com múltiplos polos, onde a Sociedade Civil não é mais débil nem precisa, portanto, ser tutelada. Trata-se de aprofundar e viabilizar a possibilidade, aberta com a Constituição de 1988, da "primazia da nação sobre o Estado" e da "submissão do desenvolvimento às exigências da cidadania" (CAMARGO, 1993: 6), reconhecendo que a Sociedade Civil é capaz de ser protagonista social. ♦

BIBLIOGRAFIA :

- CAMARGO, Aspásia, "A federação acorrentada", XVI Encontro anual da ANPOCS, 1992
- , "Pacto federativo para o Brasil do ano 2000", in "Estado de São Paulo", caderno especial, 08-08-1993
- CANCLINI, Nestor, "Culturas híbridas", México, Grijalbo, 1990
- DAHRENDORF, Ralf, "O conflito social moderno", RJ e SP: JZE - Edusp, 1992
- FURTADO, Celso, "Brasil, a construção interrompida", RJ: Paz e Terra, 1992
- , "Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional", in "Estudos Avançados" 16, SP: USP, 1992b
- MORIN, Edgar, KERN, Anne, "Tierra-Patria", Barcelona: Kairós, 1993
- OLIVEN, Rubem, "A parte e o todo", Petrópolis: Vozes, 1992
- OLIVEIRA, Francisco de, "A reconquista da Amazônia", in "Novos Estudos", CEBRAP, n° 38, 1994
- QUIJANO, Aníbal, "Notas sobre a questão de identidade e nação no Peru", in "Estudos Avançados", 16, SP: USP, 1992
- RICOEUR, Paul, "Civilização universal e culturas nacionais", in "História e Verdade", RJ: Forense, 1968
- SANTOS, Theotônio dos, "Globalização e regionalização na economia mundial", in "Indicadores Econômicos FEE" 21(1), Porto Alegre, 1993
- STAVENHAGEN, Rodolfo, "Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista", in "Anuário Antropológico" 1984, Rio de Janeiro: TB, 1985

SOUZA, Herbert de, "Estados Unidos do Brasil", in PG, nº 73, Rio de Janeiro: IBASE, 1991

-----, "As ONGs na década de 90", in "Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs", Rio de Janeiro: IBASE - PNUD, 1992

WEFFORT, Francisco, "Notas sobre a crise do Estado-nação", in "Pensamiento Iberoamericano" 19, Enero-Junio 1991

Endereço do Autor:

Rua Marcos Cardoso Filho, 286
Córrego Grande
88037-040 - FLORLANOPOLIS, SC

Política e Igreja

A Política e os MCS

Pe. Domingos Volney Nandi
Professor de Comunicação e Homilética

Os Meios de Comunicação Social, MCS, isto é, a televisão, estações de rádio, jornais, revistas etc, ocupam um lugar de prioridade na luta pelo poder. Eles estão entre os mecanismos ideológicos que dão sustentação e legitimidade a uma sociedade ou regime. Países tradicionalmente democráticos, ou não, sempre se valeram dos meios de comunicação com objetivos políticos. A verdade é que: "Quem tem a Comunicação, tem o poder". Esta tese é decorrente de uma outra: Quem tem a comunicação constrói a realidade de acordo com os seus interesses, justamente para poder garantir o PODER.

É por isso que vemos, a cada ano eleitoral, os MCS sendo acionados com toda a sua força. São empregados como um narcótico que oferece ao povo pão e circo (ou apenas circo) em troca do voto ou da desistência da luta pela transformação da sociedade. Todos os partidos lutam para ter acesso aos Meios. E o acesso é difícil para quem está fora do jogo. É como se os "plugues" da informação estivessem ligados apenas na corrente elétrica do poder.

A comunicação brasileira é controlada por forças de fora e por algumas de dentro. Quem detém o poder detém a comunicação, e quem detém a comunicação detém o poder: os dois andam sempre juntos.

Quem detém o poder detém a comunicação, e quem detém a comunicação detém o poder

Neste jogo do poder, quando a força do capital não pode possuir o meio, ela controla o conteúdo. Isso, de certa forma, é até mais importante, pois não adianta ter os meios se não se tiver o conteúdo, o que transmitir. Se não se tem os meios e nem o conteúdo, controla-se a divulgação e a distribuição desse conteúdo. Se não se tem nada disso, controla-se a publicidade e a propaganda. Afinal, nenhum meio de comunicação vive sem comerciais. Se também isso não funciona, o capital controla os meios através da tecnologia. E finalmente, se nenhum dos controles acima funcionar, resta ainda um cartucho: o controle político, que vem através do Governo.

A 32ª Assembléia da CNBB, em seu documento "Hora de Grande Desafio", recomenda aos cristãos "repudiar o jogo do poder e a manipulação na escolha dos candidatos". O que segue são algumas informações sobre rádio e televisão no Brasil. Elas são importantes para que se conheça mais um pouco sobre o jogo do poder.

AS CONCESSÕES DE EMISSORAS DE RÁDIO

As concessões de emissoras de rádio e TV estavam paralisadas desde 1990. Neste ano eleitoral, agora, o Planalto está liberando 500 concessões de rádio. E poderá incluir, também, autorização para novas emissoras de TV. A disputa por uma concessão é grande: o Brasil tem 2.932 emissoras de rádio e o Ministério das Comunicações tem 5.000 pedidos de concessão.

As concessões são dadas a correligionários. É claro. Se você tivesse esse poder, jamais daria a concessão a um adversário. Calcula-se que 2/3 das emissoras de rádio e TV são controladas por políticos, direta ou indiretamente.

As concessões de emissoras ainda são feitas através da livre escolha do Presidente da República. Desde a Constituição de 1988, o Congresso tem o poder de homologar ou não.

Os técnicos do Ministério das Comunicações defendem o sorteio das concessões. Julgam que só assim entidades e pessoas não ligadas ao Governo poderiam ter acesso a uma emissora. Seria possível, por exemplo, a concessão às centrais sindicais e sindicatos que se constituíssem em uma sociedade ou fundação. Mas tão cedo isso não irá acontecer.

O PODER DA GLOBO E A GLOBO DO PODER

É impossível tratar sobre televisão no Brasil sem falar na Rede Globo. Ela tem 5 estações, 63 afiliadas e cobre 99,2% do território brasileiro, atingindo 99,9% dos aparelhos em todo o país. Nos últimos anos a audiência da Globo foi de 78%, produzindo 95% da sua programação em horário nobre e conseguindo 75% do orçamento publicitário da mídia nacional.